

1.1 APRESENTAÇÃO

Prezado Colega,

Neste encarte, você vai encontrar informações extremamente importantes para o conhecimento da situação contábil e financeira encontrada pela Diretoria eleita para o biênio 2013/2015.

Em relação às operações contábeis do ano de 2012, destacamos a “Opinião Adversa” da renomada auditoria independente BDO, que constatou o “evidente gerenciamento de dados contábeis, tanto operacionais quanto em nível de acumulações (accruals) importando em decisões discricionárias, com a produção de demonstrações contábeis artificiais, ou seja, que não expressam a realidade patrimonial da entidade”, conforme relatado em parecer exarado no processo de prestação de contas.

Destacam-se ainda no parecer da auditoria os seguintes achados somente no ano de 2012:

a) a quantia de R\$ 30 milhões de reais proveniente de anuidades de advogados (venidas e não cobradas pela OAB, dos quais R\$ 19 milhões prescritos), lançada no balanço 2012 como “créditos” a receber, ocultou o resultado operacional da instituição;

b) a quantia de R\$ 297.000,00, retirada do caixa da entidade a título de “adiantamento a diretores”, sem contabilização ou apresentação de comprovantes de despesas;

c) saldo contábil no valor de R\$ 944.031,00 a título de adiantamento a Subseções, sem o devido controle interno, muito menos suporte em documentos quanto ao recebimento e utilização destes recursos;

d) empréstimos realizados pela Seccional junto à OABCRED, em 10.05.2012, num montante de R\$ 2.600.000,00, em nome de seis Subseções com absoluto desconhecimento de seus presidentes (conforme ofícios enviados pelos Presidentes subseccionais).

e) No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Entidade registrou o montante de R\$ 4.537.255,00 a título de receitas decorrentes de anuidades de advogados as quais são relativas ao exercício de 2013 e, em consonância com o princípio contábil da competência, deveriam ser registrados como receita de anuidades no exercício social de 2013. Consequentemente, a receita operacional bruta e o superávit do exercício estão superavaliodos nesse montante naquela data (destaca-se que esses recursos foram utilizados no exercício social de 2012, comprometendo o orçamento financeiro de 2013).

Informa-se, ainda, que a empresa responsável pela auditoria - BDO - é uma das cinco maiores auditorias mundiais[1], que utiliza no trabalho o método da “circularização”, cuja regra é a obtenção das informações de maneira autônoma, sem interferência interna.

Por último, informa-se que o Conselho Federal da OAB devolveu as contas da OAB/SC do ano 2012 e que, ainda, em razão das inconsistências contábeis e orçamentárias, o orçamento da Seccional está sendo refeito, uma vez que o déficit financeiro (caixa) é superior a R\$ 7 milhões de reais, quantia que faltará ao caixa da entidade para cumprimento de suas obrigações financeiras deste ano.

Cabe informar também que a situação acima descrita frustrou a expectativa desta Diretoria de criar ainda no primeiro semestre o “Portal da Transparência”. Afinal, a base deste instrumento é a apresentação contábil e documental mês a mês, o que só poderá ser concluído com a organização do ano contábil de 2013.

A Diretoria

1.2 RELATÓRIO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL -
SANTA CATARINA

RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações dos superávits

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos conselheiros e administradores da
Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina
 Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Bases para opinião adversa

1. Pelo fato de termos sido contratados após 31 de dezembro de 2012, não acompanhamos as contagens de caixa da Entidade naquela data, nem foi possível satisfazermos-nos sobre a existência do saldo representativo do caixa, no montante de R\$ 42.664 por meio de procedimentos alternativos de auditoria, em decorrência da inexistência de documentação suporte. Como consequência, encontramo-nos impossibilitados de atestar a adequação desse saldo e possíveis reflexos nas demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, naquele data.
2. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2012 a Entidade possui registrado na rubrica Bancos o montante de R\$ 1.185.999 e na conta Aplicações Financeiras o montante de R\$ 334.826. Como decorrência de nossos procedimentos de auditoria, realizamos a circularização das instituições financeiras, as quais apresentaram diferenças a maior na contabilidade no montante de R\$ 270.104. Adicionalmente, as confirmações enviadas pelas instituições financeiras apresentaram saldos de contas correntes bancárias no montante de R\$ 55.343, as quais não estão registradas contabilmente. A Administração da Entidade não apresentou as conciliações das diferenças necessárias para a adequação dos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2012. Dessa forma, não foi possível nas circunstâncias, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre os respectivos saldos, naquele valor, em 31 de dezembro de 2012.
3. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2012 a Entidade possui registrado o valor de R\$ 944.031 sob a rubrica de adiantamento às subseções e R\$ 12.353 a título de adiantamento a empregados. A Administração da Entidade não dispõe de análises, bem como de documentações suportes correspondentes à totalidade desses saldos. Dessa forma, devido à ausência de controles efetivos, análises e conciliações dos citados montantes, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os respectivos valores, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquele data.
4. Em 31 de dezembro de 2012 a tesouraria da Entidade possui controles analíticos de adiantamentos realizados para a diretoria no montante de R\$ 297.000, os quais não foram registrados contabilmente em seu ativo circulante. Como consequência, em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Adiantamentos está subavaliada em R\$ 297.000 e a conta Caixa e Equivalentes de Caixa superavaliada no mesmo montante.
5. A Entidade possui o valor de R\$ 175.522 registrado na rubrica Investimentos em 31 de dezembro de 2012, relativo às cotas na instituição financeira OABCRED. Contudo, verificamos que a confirmação enviada pela instituição financeira apresentou o montante de R\$ 43.779, consequentemente o saldo contábil está registrado a maior em R\$ 131.743 naquele data.



6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2012, a Entidade mantém consignado, no ativo não circulante, créditos de anuidades a receber que totalizavam R\$ 30.304.679 e defensoria dativa a receber que totalizavam R\$ 10.904.100. Em relação à rubrica de Anuidades a Receber, nossos procedimentos de auditoria detectaram divergências entre o relatório auxiliar e o saldo contábil no montante de R\$ 158.356, para a qual não foi apresentada reconciliação contábil apropriada. Dessa forma, devido à ausência de controles efetivos, análises e conciliações dos citados montantes, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os respectivos valores, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.

7. A Entidade não possui controle patrimonial analítico adequado para os bens componentes do ativo imobilizado que em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 72.766.750, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7. Deste montante, R\$ 48.518.904 são relativos à reserva de reavaliação registrada em exercícios anteriores a qual não vem sendo realizada, bem como a Entidade não registrou depreciação acumulada sobre os bens no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Conforme definido pelo Pronunciamento Técnico CPC - 27 - Ativo Imobilizado, a depreciação deve ser revisada anualmente de acordo com a vida útil econômica estimada do bem. Dessa forma, não nos foi possível através de procedimentos adicionais de auditoria concluir quanto a existência e valorização dos respectivos bens componentes do ativo imobilizado, bem como o saldo de depreciação acumulada e seus respectivos reflexos no resultado do exercício.

8. A Companhia possui registrado na conta de Fornecedores o montante de R\$ 24.533 em 31 de dezembro de 2012. Nossos procedimentos de auditoria detectaram a existência de pagamentos de fornecedores ocorridos no exercício de 2013, os quais são relativos à obrigações existentes em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 382.172, e não foram reconhecidos contabilmente naquela data em consonância com o princípio contábil da competência. Consequentemente, devido à ausência de controles efetivos, análises e conciliações dos citados montantes, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre o saldo da rubrica de fornecedores, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.

9. A Entidade não reconheceu no passivo em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 805.183 relativos ao saldo das obrigações com provisão para férias e encargos dos funcionários da Entidade naquela data. Desta forma, o saldo do passivo e o superávit do exercício encontram-se registrados a menor e maior, respectivamente, no referido valor.



10. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, a Entidade possui registrado o montante de R\$ 1.961.662 a título de Empréstimos e Financiamentos em 31 de dezembro de 2012. Como decorrência de nossos procedimentos de auditoria, realizamos a circularização das instituições financeiras, as quais apresentaram diferenças a menor na contabilidade no montante de R\$ 142.654. Dessa forma, a rubrica Empréstimos e Financiamentos está sendo apresentada a menor e o superávit do exercício e o patrimônio social da Entidade estão sendo apresentados a maior naquele montante em 31 de dezembro de 2012.
11. A Entidade possui registrado o montante de R\$ 1.340.079 em 31 de dezembro de 2012 a título de “Obrigações estatutárias” composta de obrigações com a CAASC, Conselho Federal e FIDA, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10. Como decorrência de nossos procedimentos de auditoria, identificamos que o volume de repasses relativo ao exercício de 2012 foi superior em R\$ 1.350.938 aos montantes que deveriam ter sido repassados. Essa diferença é decorrente do registro contábil de R\$ 4.537.255 relativo a receitas de anuidades de advogados que foram recebidas no exercício de 2012, porém são relativas ao exercício social de 2013. Dessa forma, o passivo está apresentado a maior em R\$ 1.340.079 e o ativo circulante a menor em R\$ 10.859.
12. Em virtude da falta de confirmação dos assessores jurídicos (circularizações) efetuadas com os advogados da Entidade, não foi possível nos assegurarmos sobre a existência ou não de possíveis contingências não registradas em 31 de dezembro de 2012.
13. A Entidade possui registrado o montante de R\$ 48.518.904 na rubrica Reserva de Reavaliação a qual foi registrada em exercícios anteriores e não vem sendo realizada, bem como não possui documentação suporte apropriada para a manutenção do registro dessa reserva na data base 31 de dezembro de 2012. Dessa forma, a rubrica Imobilizado e o Patrimônio Social da Entidade estão sendo apresentados a maior naquele montante em 31 de dezembro de 2012.
14. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Entidade registrou na rubrica de Resultado o montante de R\$ 4.537.255 a título de receitas decorrentes de anuidades de advogados as quais são relativas ao exercício de 2013 e, em consonância com o princípio contábil da competência, deveriam ser registrados como antecipação de receitas de anuidades de advogados no exercício de 2012 e como receita de anuidades apenas no exercício social de 2013. Consequentemente, a receita operacional bruta e o superávit do exercício estão superavaliodos nesse montante naquela data.



Opinião adversa

Em nossa opinião, devido à importância dos assuntos descritos na seção “Base para opinião adversa”, as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da **Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (balanço de partida), cujos valores são apresentados para fins comparativos foram auditadas por outros auditores independentes, sendo que não tivemos acesso à documentação de trabalho daquela auditoria. Além disso, as revisões adicionais decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2012, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 10 de Junho de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 S SC

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 S SC

**Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em reais)**

Ativo	Passivo		
	Nota	31/12/12	31/12/11 (não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.523.489	4.066.381
Outros créditos	5	960.176	530.027
Total do ativo circulante		2.523.665	4.596.408
Não circulante			
Investimentos	6	175.572	74.019
Anuidades a receber	7	41.208.779	35.978.066
Imobilizado		72.766.750	67.975.230
Total do ativo não circulante		114.151.051	104.027.315
Total do ativo			
		116.674.716	108.623.723
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		24.533	24.533
Emprestimos e financiamentos			1.961.662
Obrigações trabalhistas e sociais		8	1.963.041
Obrigações estatutárias		9	490.562
Outras obrigações		10	1.626.195
Total do passivo circulante		22.839	14.347
		4.028.436	4.094.245
Não circulante			
Anuidades		6	41.208.779
Total do passivo não circulante		41.208.779	35.978.066
		45.237.215	40.072.311
Patrimônio social			
Superávits acumulados		11	22.918.597
Reserva de reavaliação			48.518.904
Total do patrimônio social		71.437.501	68.551.412
		116.674.716	108.623.723
Total do passivo e patrimônio social			
		116.674.716	108.623.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações dos superávits para os exercícios findos em 31 de dezembro
2012 e de 2011
(Valores expressos em reais)

	31/12/12	31/12/11
		(não auditado)
Receita operacional bruta	17.090.343	21.250.701
Anuidades de advogados	14.434.367	18.167.362
Taxas e emolumentos	2.655.976	3.083.339
Receitas (despesas) operacionais	<u>(13.942.723)</u>	<u>(16.950.599)</u>
Contribuições estatutárias	(4.618.998)	(5.817.111)
Despesas de custeio	(20.189.037)	(20.017.222)
Outras receitas	11.117.045	8.881.159
Outras despesas	(354.886)	-
Receitas patrimoniais	103.153	2.575
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	<u>3.147.621</u>	<u>4.300.102</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	53.784	38.928
Superávit do exercício	<u>3.201.405</u>	<u>4.339.030</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em reais)

	Reserva de reavaliação	Superávits acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010 (não auditado)	48.518.904	15.730.705	64.249.609
Ajuste de exercícios anteriores	-	(37.227)	(37.227)
Superávit do exercício	-	4.339.030	4.339.030
Em 31 de dezembro de 2011 (não auditado)	48.518.904	20.032.508	68.551.412
Ajuste de exercícios anteriores	-	(315.316)	(315.316)
Superávit do exercício	-	3.201.405	3.201.405
Em 31 de dezembro de 2012	48.518.904	22.918.597	71.437.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em reais)**

	31/12/12	31/12/11 (não auditado)
Superávit líquido do exercício	3.201.405	4.339.030
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Ajuste de exercício anterior	(315.316)	(37.227)
	<u>2.886.089</u>	<u>4.301.803</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Anuidades	(5.230.713)	(13.604.937)
Outros créditos	(430.149)	(218.256)
	<u>(5.660.862)</u>	<u>(13.823.193)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	24.533	(3.770)
Obrigações trabalhistas e sociais	188.651	490.662
Obrigações estatutárias	(286.116)	1.626.195
Outras obrigações	8.502	(62.318)
Anuidades	5.230.713	13.604.937
	<u>5.166.283</u>	<u>15.655.706</u>
Recursos líquidos absorvidas nas atividades operacionais	<u>2.391.510</u>	<u>6.134.316</u>
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos		
Aumento no investimento	(101.503)	-
Aumento no imobilizado/intangível	(4.791.520)	(2.183.894)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	<u>(4.893.023)</u>	<u>(2.183.894)</u>
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Aquisição de empréstimos e financiamentos	(1.379)	(758.839)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(1.379)	(758.839)
Aumento nos saldos de caixa e equivalentes	(2.502.892)	3.191.583
Disponibilidades no início do exercício	<u>4.066.381</u>	<u>874.798</u>
Disponibilidades no final do exercício	<u>1.563.489</u>	<u>4.066.381</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(em milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina (OAB-SC), serviço público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade:

- I - Defender a Constituição, a ordem pública do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas;
- II - Promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

§ 1º A OAB não mantém com órgão da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico;

§ 2º O uso da sigla “OAB” é privativo a Ordem dos Advogados do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Descrição das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Estão demonstrados ao custo acrescido das numerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.2. Apuração do superávit (déficit)

As receitas de anuidades recebidas pelos advogados são reconhecidas pelo regime de caixa. As demais receitas da entidade e os gastos com sua manutenção são registrados pelo regime de competência.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de Reais)

3.3. Anuidades e defensoria dativa a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos valores fixados em cada exercício e estão refletidas pelo valor presente de realização.

3.4. Ativo imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e reavaliação.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

3.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa seccional	60	2.769
Caixa subseções	42.604	31.488
Bancos conta movimento seccional	392.013	150.572
Bancos conta movimento subseções e filiais	546.110	505.951
Bancos conta movimento de CNPJ próprio	16.673	1.030.327
Bancos conta arrecadação	136.727	156.846
Bancos conta poupança	94.476	58.522
Aplicações financeiras	334.826	2.129.906
	1.563.489	4.066.381

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de Reais)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

5. Outros créditos

	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamentos a subseções	944.031	394.595
Adiantamento a empregados	12.353	134.336
Créditos diversos	<u>3.792</u>	<u>1.096</u>
	<u>960.176</u>	<u>530.027</u>

Abaixo demonstramos a movimentação da rubrica Adiantamentos a Subseções no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Movimentação	2012
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	394.595
Adições	1.303.705
Baixas	<u>(754.269)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	<u>944.031</u>

6. Anuidades

	31/12/2012	31/12/2011
Anuidades a receber	30.304.679	25.915.592
Defensoria dativa a receber	<u>10.904.100</u>	<u>10.062.474</u>
	<u>41.208.779</u>	<u>35.978.066</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(em milhares de Reais)

Aging List das anuidades por idade de vencimento	2012
A vencer	3.496
Vencidos a mais de 1 ano	4.021.338
Vencidos a mais de 2 anos	2.918.470
Vencidos a mais de 3 anos	2.289.723
Vencidos a mais de 4 anos	2.008.312
Vencidos a mais de 5 anos	<u>19.063.340</u>
Saldo de anuidades a receber	<u>30.304.679</u>

7. Imobilizado

	2012	2011
Biblioteca	224.174	213.699
Terrenos	46.835.761	46.835.761
Móveis e utensílios	2.785.656	2.315.102
Direito de uso de telefone	8.565	8.565
Edifícios	17.709.496	13.844.733
Máquinas e equipamentos	2.365.875	2.184.982
Equipamentos de informática e Software	2.297.596	2.074.260
Veículos	477.230	435.731
Outros bens móveis	<u>62.397</u>	<u>62.397</u>
	<u>72.766.750</u>	<u>67.975.230</u>

8. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2012	31/12/2011
OABCRED	1.961.112	1.963.041
Conta corrente devedora	550	-
	<u>1.961.662</u>	<u>1.963.041</u>

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(em milhares de Reais)**

9. Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2012	31/12/2011
Salários a pagar	365.429	231.889
Pensão alimentícia	2.094	1.948
Sindicato	63	126
Empréstimos funcionários a repassar	2.741	4.859
FGTS a pagar	48.635	45.676
INSS a recolher	185.308	152.084
PIS a recolher	10.390	7.497
IRRF - assalariados	52.706	25.663
IRRF - serviços de autônomos	2.255	6.008
ISS	2.974	5.954
CSRF	6.718	8.958
	679.313	490.662

10. Obrigações estatutárias

	31/12/2012	31/12/2011
Cota estatutária Conselho Federal	588.909	560.757
Cota estatutária CAASC	672.099	953.287
Cota estatutária FIDA	79.071	112.151
	1.340.079	1.626.195

Estão registradas as obrigações estatutárias conforme previsto no estatuto social da entidade e faz referência às destinações apuradas após a aferição da receita.

O cálculo das destinações é realizado de acordo com as seguintes premissas, incluídas no Estatuto da Advocacia e da OAB:

	Percentual
Total das receitas brutas mensais	100%
(-) Deduções	
Base de cálculo	
Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA	(2%)
Fundo cultural	(3%)
Conselho Federal	(10%)
Despesas administrativas e manutenção do Conselho Seccional	(45%)
Base para repasse CAASC	40%
Percentual de repasse à CAASC	20%

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(em milhares de Reais)**

11. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é formado pela acumulação dos superávits (déficits) apurados em cada exercício social, bem como pelo registro de reserva de reavaliação.

12. Instrumentos financeiros

As transações financeiras efetuadas pela Entidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são pertinentes às suas atividades e estão relacionados a contas a pagar com vencimento de curto prazo e para gerenciamento de caixa. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

1.3 PARECER COMISSÃO DE ORÇAMENTO E CONTAS

*Ordem dos Advogados do Brasil
Seção de Santa Catarina*



COMISSÃO ORÇAMENTÁRIA

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ORÇAMENTÁRIA DA OAB/SC, REALIZADA NO DIA 1º DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2013, NAS DEPENDÊNCIAS DA SEDE DA OAB – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA.

Aberta a reunião, às 14:00 horas do dia 01.07.2013, presentes os advogados Milton Baccin, Marconi Edson Lemos, Saulo Santos, Dilmar Volpato Dela Justina e Sílvio Parodi Oliveira Camilo, o primeiro Presidente e os demais membros da Comissão; O Senhor Presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos e expôs que o Conselheiro Estadual, Alexandre Evangelista Neto, relator do processo de Prestação de Contas-2012, da OAB/SC, exarou em 03.04.2013 despacho no sentido de determinar o envio do processo a essa Comissão de Orçamento e Contas para emitir parecer prévio. Em reunião realizada no dia 22.04.2013, a Comissão de Orçamento e Contas sugeriu ao Conselho da Seccional a contratação de empresa de auditoria, para o exame do conteúdo das contas prestadas alusivas ao exercício de 2012, no sentido de auxiliar a comissão antes de submetê-las à aprovação pelo Conselho da Seccional, tudo com apoio no que dispõe o artigo 58, § 2º, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. O Conselho a Seccional, ao atender o pedido, deliberou à Diretoria que contratasse empresa de auditoria de reconhecida reputação. Após os procedimentos de estilo, essa Comissão de Orçamento e Contas recebeu o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes, onde foram examinados o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do superávit, as mutações do patrimônio social e os fluxos de caixa, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. A partir desse trabalho, esta Comissão se reuniu e examinou o conteúdo constante do **Relatório dos Auditores Independentes**, deliberando como segue:

1- Do Relatório dos Auditores Independentes

1.1 – DAS BASES PARA A OPINIÃO ADVERSA

Inicialmente é de se gizar que o Relatório em exame concluiu por emitir “Opinião Adversa” sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Social de 2012. Segundo consta da Norma de Procedimento de Auditoria (NPA 01), do IBRACON¹, “Opinião Adversa” é recomendada “quando verificar que as demonstrações contábeis estão incorretas ou incompletas, em tal magnitude que impossibilite a emissão do parecer com ressalvas”. Nesse sentido, os Auditores postaram as bases que sustentaram tal consideração (Opinião Adversa) ao indicar 14 itens relevantes, donde, resumidamente, deles se extraí: i) o saldo de caixa constante no Balanço Patrimonial no

¹ IBRACON: Instituto Brasileiro de Contabilidade



valor de R\$ 42.664,00 não possui lastro, pois além de ensejar a inexistência física não foram encontrados documentos de suporte, muito menos os procedimentos alternativos de auditoria foram capazes de atestar a retroação desse valor em caixa; ii) em relação ao saldo contábil das contas bancárias a Auditoria, após realizar a circularização de saldos com essas instituições, apontou saldo contábil a maior na importância de R\$ 270.104,00. Isso revela saídas de recursos financeiros sem a devida contabilização, o que merece exame aprofundado quanto à destinação desses recursos e seus beneficiários. Por outro lado, o trabalho também revelou a existência de contas bancárias sem o devido reconhecimento contábil, importando em acréscimo no valor de R\$ 55.343,00; iii) há um saldo contábil no valor de R\$ 944.031,00, a título de adiantamento às subseções, mas sem o devido controle interno, muito menos suporte em documentos quanto ao recebimento e utilização desse recurso, o que afeta as demonstrações contábeis do exercício. Vê-se da nota explicativa nº 5 que no exercício de 2012 o saldo dessa conta aumentou em R\$ 549.436,00 porque possuía saldo final de R\$ 394.595,00 em 2011, logo cresceu na importância de 140%, aproximadamente; iv) foram encontrados adiantamentos realizados à Diretoria no montante de R\$ 297.000,00 sem o devido registro contábil e comprovação da utilização desses recursos; v) a conta Investimentos (títulos de crédito), OABCRED, possui saldo a maior em R\$ 131.743,00, em consequência, deve ser ajustado procedendo-se os efeitos no Balanço Patrimonial e no de Resultados. Importante investigar como e porquê o saldo foi acrescido, bem como quais os documentos que sustentaram a contabilização; vi) em relação ao saldo constante no ativo não circulante, na conta créditos de anuidades a receber, na importância de R\$ 30.304.679,00 a auditoria apontou divergências entre a somatória do relatório analítico (auxiliar) e o saldo contábil no montante de R\$ 158.356,00. Detectou problemas nos controles internos, o que prejudicou a conciliação dos créditos. De acordo com a nota explicativa nº 6, do valor total constituído como recebível, de fato, não está prescrita a importância de R\$ 11.241.339,00, ou seja, consta prescrito, e contabilizado como crédito da OAB, o valor de R\$ 19.063.340,00. Isso traz, ao menos, duas implicações, a saber: 1^a. a parcela desse valor referente ao exercício de 2012 deve ser apurada para a devida correção nas demonstrações contábeis, pois, como incobrável, reduzirá o resultado apurado; e 2^a. a que for referente aos anos anteriores deve, igualmente, ser apurada e reconhecida como perda de exercícios anteriores, afetando negativamente o patrimônio líquido da OAB; vii) não há controle do inventário de bens constantes do acervo patrimonial, muito menos razão auxiliar com o descritivo e valoração histórica unitário. Em 2007 a OAB procedeu à reavaliação de determinados bens que compõem o ativo imobilizado, entretanto, a partir disso não realizou a depreciação dos bens reavaliados. De acordo com o relatório da auditoria, isso afronta o Pronunciamento Técnico CPC - 27 - Ativo Imobilizado, pois ordena a contabilização da depreciação de acordo com a vida econômica estimada do bem, o que careceu. O fato de a OAB não reconhecer o custo da depreciação dos bens reavaliados afetou sobremodo o resultado dos exercícios anteriores e, igualmente, do exercício de 2012; viii) o trabalho apurou a inexistência de contabilização de despesas contratadas em 2012 (fornecedores), no valor R\$ 382.172,00 cujo vencimento se deu em 2013, o que feriu o princípio da competência. O não reconhecimento dessas despesas no exercício de 2012 produziu despesas de custeio em menor dimensão e maior superávit; ix) a



auditoria detectou que a OAB não provisionou despesas de férias (com encargos sociais) incorridas em 2012. Dessa maneira, o passivo financeiro restou subavaliado e o superávit a maior; x) na circularização junto a instituições financeiras, detectou-se saldo contábil a menor na conta de empréstimos e financiamentos, na importância de R\$ 142.654,00. Em consequência, o superávit do exercício e o patrimônio social da Entidade seriam afetados negativamente; xi) houve o recebimento antecipado de receitas de contribuições (anuidades), pertencentes ao exercício de 2013, no valor de R\$ 4.537.255,00, no exercício de 2012. A OAB provisionou a título de obrigações estatutárias (CAASC, Conselho Federal e FIDA) a importância de R\$ 1.340.079,00 como despesas do exercício corrente (2012). Entretanto, pelo princípio da competência, a entidade deveria considerar as receitas de contribuições, recebidas em 2012, como "Receitas Antecipadas" (no passivo, como resultado de exercício futuro), assim como, reconhecer as despesas com obrigações estatutárias em 2013. Ver as consequências no item xvi; xii) não se pode afirmar a existência de possíveis passivos contingenciais a serem registrados; xiii) os efeitos atinentes a "Reserva de Reavaliação" foram tratados no item vii. Em razão do não conhecimento contábil da depreciação dos ativos reavaliados (desde 2007), há evidências de que a inocorrência da realização da depreciação anual demonstrou patrimônio líquido e saldo em ativo imobilizado substancialmente a maior; xiv) com base no que foi registrado no item xi, dentre as implicações da contabilização das receitas de contribuições pertencentes ao exercício de 2013 em 2012, encontram-se a receita corrente mais elevada e a produção de um superávit inexistente nesta medida, porque, de fato, deveria ser contabilizado como "Receitas Antecipadas" (no passivo, como resultado de exercício futuro), inclusive com a devida reserva de valor financeiro, já que sua destinação deve estar relacionada a despesas correntes do exercício de 2013. Depreende-se que foram gastas integralmente no exercício social de 2012, o que afetará a administração neste e nos próximos exercícios.

1.2 – DA OPINIÃO ADVERSA

Consta do relatório dos Auditores que "*Em nossa opinião, devido à importância dos assuntos descritos na seção "Base para opinião adversa", as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil".*

A NPA 01 estabelece que "*parecer adverso é o que exprime a opinião de que as demonstrações contábeis não representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, nem o resultado das operações, e/ou as mutações do patrimônio líquido, e/ou as origens e aplicações de recursos de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade".*

Logo, é de se concluir que houve evidente gerenciamento de resultados contábeis, tanto operacionais quanto em nível de acumulações (*accruals*), importando em decisões discricionárias com a produção de demonstrações contábeis artificiais, ou seja, que não expressam a realidade patrimonial da entidade. Daí o parecer dos Auditores na categoria de "Opinião Adversa".

Assim, com base no exposto, esta comissão recomenda ao Conselho

Seccional a rejeição das contas, e à Diretoria da OAB/SC a apuração dos haveres, responsabilizando quem de direito.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados às 16 horas, momento em que o Senhor Presidente, Milton Baccin, agradeceu a presença de todos e nada mais sendo dito, lavrou-se a presente ata, que por retratar a verdade, segue assinada pelos presentes.



Milton Baccin
Presidente

Dilmar Volpato Dela Justina
Membro da Comissão

Sílvio Parodi Oliveira Camilo
Membro da Comissão

Marconi Edson Lemos
Membro da Comissão

Sávio Santos
Membro da Comissão